

Estados exigem renegociação das dívidas

08079 0

Gustavo Miranda



Eduardo Azeredo conversa com Fernando Henrique, em reunião no Palácio

BRASÍLIA — O Senado e os governadores prepararam uma contra-ofensiva aos projetos de reforma tributária e de prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE): querem arrancar do Governo federal uma solução para a dívida de quase R\$ 100 bilhões contraída com a União, os organismos financeiros internacionais e o mercado financeiro. O refinanciamento seria trocado pelo apoio aos projetos do Governo, que até agora só receberam críticas.

Alertado sobre a articulação, o presidente Fernando Henrique Cardoso já encontrou uma oportunidade para conversar sobre o assunto com os governadores. Convidados para uma reunião, no próximo sábado, para discutir os projetos de educação do Governo, os 27 governadores devem acrescentar à pauta a dívida e a reforma tributária.

A articulação é comandada pelo PMDB, tendo à frente o presi-

dente do Senado, José Sarney, e o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gilberto Miranda (AM) — que reuniu ontem os 27 secretários de Fazenda estaduais para discu-

tir o endividamento dos estados. Os secretários reivindicam o refinanciamento da dívida de R\$ 30 bilhões pela emissão de títulos públicos e a redução do volume de recursos que os estados re-

passam mensalmente ao Tesouro em pagamento dos débitos.

A reunião foi o mote para que o PMDB detonasse a bomba que vinha armando desde a semana passada: o refinanciamento da dívida dos estados. No início da noite, Miranda e o líder do PMDB, Jader Barbalho, já tinham alinhavado um novo projeto e nomeado o relator, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A proposta reduz de 11% para 7% o comprometimento da receita dos estados com o pagamento da dívida, além de incluir os débitos das empresas estatais estaduais para com o Governo federal. Fixa ainda um prazo de dois anos, durante os quais os estados nada pagariam ao Tesouro, de forma a sanear suas finanças. Segundo Miranda, a equipe econômica tem um prazo de 15 dias para começar a negociar uma solução para o endividamento dos estados. Se isto não ocorrer, o Senado aprovará a resolução.

— Acabou a lua-de-mel do Governo com o Senado. Não dá para os estados continuarem repassando quase R\$ 1,5 bilhão ao ano para a União somente com o pagamento da dívida refinanciada, afora mais R\$ 700 milhões de débitos com o FGTS, INSS e outros — disse ele.

O governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, também manifestou preocupação com a reforma tributária, especialmente com a redução da arrecadação dos estados por causa das exportações. A estimativa é que Minas vai perder US\$ 600 milhões ao ano. Sua proposta é ampliar o prazo de vigência do fundo de compensação.

— O prazo tem que ser ampliado — disse Azeredo, que ontem foi recebido por Fernando Henrique.

Na página 4, "Sarney ataca social-democracia tucana e neoliberalismo do PFL"